

14ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

10.07.2019

PAOD

Declaração Política

Gratuidade dos Manuais Escolares

A escassos meses do fim da atual legislatura queremos aqui sublinhar uma das medidas de maior alcance social para as famílias portuguesas: a gratuidade dos manuais escolares em todo o ensino obrigatório.

Medida tornada possível pela ação persistente do PCP e pela correlação de forças na Assembleia da República onde o PS **não tem** a maioria absoluta.

Há muito que esta medida estava inscrita nos programas eleitorais do PCP que por diversas vezes no passado apresentou propostas legislativas nesse sentido, mas que só agora foi possível concretizar exactamente porque o PS não tem maioria absoluta.

Este caminho foi iniciado com o Orçamento do Estado para 2016, o qual, por proposta do PCP consagrou a gratuidade dos manuais para todas as crianças que iniciassem o seu percurso escolar no ano letivo 2016/2017. No ano seguinte a medida foi alargada a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Prosseguindo o objetivo de garantir a progressiva gratuidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório, o PCP propôs e foi aprovado no Orçamento do Estado para 2018 o alargamento a todas as crianças do 2.º Ciclo do ensino básico e **no próximo ano letivo (2019/2020) todos os alunos do ensino obrigatório (desde o 1.º ciclo ao ensino secundário) terão acesso aos manuais escolares gratuitos.**

Tratou-se de um processo progressivo alcançado através da inclusão nos sucessivos orçamentos de Estado provando que **quando há vontade política é possível melhorar as condições de vida das famílias.**

E porque esta importante conquista não pode ficar dependente de cada OE, o PCP apresentou um projeto de Lei para transpor para o quadro legislativo o direito aos manuais escolares gratuitos. Projeto que foi aprovado na generalidade no passado dia 14 de junho.

Importa agora vencer os obstáculos que tentam impedir a concretiza desta medida. É isto que está a acontecer com a imposição da reutilização, situação que está a transformar-se numa operação de sabotagem.

Sobre esta matéria corre já *“muita tinta”* pela mão dos que não se conformam que o Estado invista em políticas sociais e defendem o anterior modelo de Ação Social Escolar, sujeito a condição de recurso, sempre destinado aos *“que mais precisam”*. Uma espécie de caridade que acentua estereótipos e perpetua as desigualdades.

Há também quem queira condicionar o acesso aos manuais aos resultados da reutilização, como é o caso da Secretária de Estado da Educação, quando afirma que *ou há mais reutilização ou a medida não vai manter-se “por uma questão de sustentabilidade orçamental, mas também ambiental”* (DN on- line 14 junho).

Consideramos inaceitáveis as penalidades estabelecidas pelo Ministério da Educação, segundo as quais, no caso de não devolução dos manuais escolares em bom estado por parte do aluno [nos termos a avaliar...], a penalidade pode consistir na devolução ao estabelecimento de ensino do valor integral do manual e caso o valor não seja restituído, o aluno fica impedido de receber manual gratuito do ano seguinte.

Defendemos que a reutilização deve ser facultativa e com regras adequadas aos critérios didáctico-pedagógicos e às especificidades de cada ciclo e de cada ano de ensino, não pode ser uma imposição com mero objectivo economicista. Fazer depender a gratuidade dos manuais escolares da sua reutilização é apenas encontrar um pretexto para andar para trás numa das mais importantes medidas que foram alcançadas nos últimos anos.

A vida tem demonstrado que não há conquistas irreversíveis.

O PCP continuará a intervir para exigir que se cumpra o princípio estabelecido na constituição, segundo o qual, incumbe ao Estado assegurar o ensino universal, obrigatório e gratuito.

Odivelas, 10 de julho de 2019

Os Vereadores da CDU

Painho Ferreira

Maria da Luz Nogueira